MANUAL PARA CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS RELACIONADAS À SAÚDE

Cláudio Viveiros de Carvalho
Fábio de Barros Correia Gomes,
Geraldo Lucchese
Luciana da Silva Teixeira

2011

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca
http://bd.camara.gov.br

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."

Grupo de Pesquisa e Extensão do Centro de Formação, Treinamento e aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados sobre o Legislativo e a política de saúde no Brasil ("GPE Saúde")

Membros do GPE: Cláudio Viveiros de Carvalho, Fábio de Barros Correia Gomes, Geraldo Lucchese, Luciana da Silva Teixeira

Estagiária: Danielle Henderson

Manual para Classificação de Proposições Legislativas Relacionadas à Saúde

Brasília
2011

Apresentação

Esta publicação objetiva oferecer uma metodologia que permita a classificação de proposições legislativas relacionadas à saúde, que tramitam no Congresso Nacional, facilitando estudos em áreas como a política de saúde e a ciência política.

O trabalho é resultado da atuação do Grupo de Pesquisa e Extensão do Centro de Formação, Treinamento e aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados sobre o Legislativo e a política de saúde no Brasil ("GPE Saúde"), que iniciou as atividades em dezembro de 2006. Esse GPE aperfeiçoou um sistema de classificação, cuja estrutura, códigos, descrições e modo de aplicação são descritos neste manual.

Participaram do GPE Saúde durante a elaboração da versão atual da classificação: Cláudio Viveiros de Carvalho, Fábio de Barros Correia Gomes, Geraldo Lucchese e Luciana da Silva Teixeira. Em versões anteriores da classificação também atuaram: Alcinda Maria Machado Godoi, Edison José da Fonseca e Kátia Soares Braga. Os trabalhos do GPE contaram com apoio de alunos de graduação da Universidade de Brasília da área de ciências sociais. Atualmente essa atividade é exercida por Danielle Henderson. Anteriormente atuaram: Alice Piauilino Cidade da Silva, Eduardo Lopes de Carvalho, Mariana de Oliveira Marchão e Rodolfo Reis.

A classificação desenvolvida pelo GPE Saúde foi aplicada em estudos científicos realizados por seus membros, utilizando versões anteriores da mesma. Considerando o estágio atual de desenvolvimento, revisão e amadurecimento da classificação, os membros do GPE consideraram pertinente produzir material que facilitasse a utilização da metodologia por eventuais interessados.

SUMÁRIO

I Introdução..... 4

II Metodologia 5

III Classificação 9

IV Orientações ao Classificador 24

Referências 25

I Introdução

As atividades do GPE Saúde visando à elaboração de uma classificação para proposições legislativas relacionadas à saúde foram precedidas por estudos exploratórios, iniciados em 2004. Estes objetivavam verificar a viabilidade de utilização dos sistemas de informação da Câmara dos Deputados em estudos científicos e propor uma classificação para proposições legislativas relacionadas à saúde (GOMES, 2004, 2005, 2006).

Para fortalecer essas atividades, foi constituído o GPE Saúde, cuja primeira fase foi iniciada em dezembro de 2006. Esta foi concluída ao final de 2007, tendo produzido uma versão da classificação dividida em grupos temáticos, temas e subtemas, e foi aplicada ao conjunto de 15.246 projetos de lei ordinária (PLs) que tramitaram na Câmara dos Deputados entre 1999 e 2006, resultando em estudos publicados (CARVALHO e GOMES, 2008; GOMES, CARVALHO e REIS, 2009), monografia de especialização em direito sanitário (LUCCHESE, 2009) e tese de doutorado em ciência política (GOMES, 2011).

A segunda fase do GPE Saúde foi formalmente iniciada a partir de abril de 2009, estendendo-se até março de 2011. Foi realizada revisão da classificação, por meio da realocação e adequação de categorias da versão anterior, produzindo-se uma versão de transição, procedendo-se a aplicação da mesma aos PLs apresentados na câmara no ano de 2008.

Na terceira fase do GPE, de março de 2011 até o presente, a classificação sofreu um novo aprofundamento do processo de revisão, produzindo a versão final, apresentada neste manual, que se destina a facilitar a classificação de proposições legislativas relacionadas à saúde.

Inicialmente, é apresentada a metodologia utilizada, seguindo-se o detalhamento da classificação (com seus temas, subtemas e destaques, incluindo as respectivas descrições e códigos) e as orientações que o classificador deve seguir para aplicá-la a proposições legislativas.

II Metodologia

A versão inicial da classificação de proposições legislativas relacionadas à saúde foi desenvolvida por meio de metodologia indutiva, considerando todos os projetos de lei ordinária e complementar apresentados na Câmara dos Deputados no ano de 2001 (2.031 registros), presentes em planilha eletrônica fornecida pelo Centro de Informática (Cenin) da Câmara dos Deputados, em fevereiro de 2005.

Inicialmente, foram identificados os projetos que tinham alguma relação com a saúde, agrupando-os por similaridade de temas, de modo que cada projeto pudesse ser incluindo em apenas um tema. A identificação dos temas foi realizada pela observação do teor da "ementa" e da "indexação" (presentes na planilha) e, persistindo dúvida, pelo exame do inteiro teor da proposição por meio do sistema de Informações Legislativas (Sileg), disponível no sítio da Internet da Câmara dos Deputados.

A cada bloco de 100 proposições as categorias de classificação eram revistas e atualizadas, de modo que, ao final do processo foram identificados os 11 temas reunidos em quatro grupos temáticos (ações e serviços de saúde, redução de risco de doenças, benefícios relacionados à saúde e direitos relacionados à saúde) que compuseram a primeira versão da classificação (aplicada aos 570 projetos relacionados à saúde). Os projetos não relacionados à saúde foram classificados em 24 temas de acordo com a abordagem preponderante na proposição, para oferecer maior grau de confiança ao processo de exclusão dos projetos e facilitar a verificação de erros de classificação (GOMES, 2005).

Vale ressaltar que os dois primeiros grupos temáticos estavam presentes na definição de saúde citada no art. 196 da Constituição Federal de 1988, contudo essa associação só foi percebida durante a aplicação da referida metodologia, uma vez que foi evitada a utilização de sistemas de classificação prévios.

Nessa versão, o grupo de "ações e serviços de saúde" incluía temas diretamente relacionados à área de atuação de instituições e profissionais da saúde, como: procedimentos da saúde (como, por exemplo, a regulamentação de exames diagnósticos e de procedimentos experimentais); serviço privado ou produto da saúde (como planos de saúde e medicamentos); profissão da saúde (como regulamentação do exercício profissional e de sua formação); sistema ou programa de saúde pública (como programas de controle de

determinada doença ou dirigidos para determinado grupo populacional, financiamento de ações de saúde e dias ou eventos comemorativos da saúde).

O grupo temático de "redução do risco de doença" incluía temas que se relacionam indiretamente com a saúde, sendo, em geral, fatores determinantes da mesma, quais sejam: produtos ou serviços que influem na saúde (como materiais usados na fabricação de produtos, tabaco e álcool); segurança pública (como o combate à dependência química); transporte ou trânsito (como o uso de cinto de segurança e limites de velocidade nas estradas); meio ambiente ou recursos naturais (como o saneamento) e o desporte (como o controle de substâncias proibidas e condições de saúde para a prática de esporte).

O grupo temático de "benefícios relacionados à situação de saúde" incluía temas como: benefícios trabalhistas e previdenciários (por exemplo, os associados à determinada patologia), e outros benefícios (como aqueles dirigidos aos cidadãos portadores de determinadas doenças, de deficiência e os idosos). O grupo temático "direitos relacionados à saúde" incluía temas relacionados à Constituição e à Justiça (como o registro civil, proteção à vida e ao corpo humano e responsabilidade sanitária), além de temas que não puderam ser enquadrados nos demais grupos temáticos (condição rara, menos de 10 PL entre todos os apresentados num período de 8 anos).

Numa segunda etapa, também realizada em 2005, a mesma metodologia foi aplicada a um grupo maior de proposições: todos os projetos de lei ordinária (PL) apresentados na Câmara entre 2001 e 2004 (8.258 registros, sendo 2.832 detectados como relacionados à saúde). Contudo, buscou-se adicionar um novo nível de classificação, o subtema. Cada subtema foi vinculado a um único tema, que por sua vez foi vinculado a um grupo temático, gerando uma classificação revisada, contendo os mesmos quatro grupos temáticos, 14 temas e 74 subtemas. A classificação temática dos projetos não relacionados à saúde foi mantida (GOMES, 2006).

Aperfeiçoamentos na versão foram realizados por meio do GPE Saúde, a partir de dezembro de 2006. Em 2007, foi realizada avaliação de consistência na aplicação da classificação por dois codificadores diferentes em 200 PLs. Foi obtida concordância de 90,5% sobre o pertencimento à área da saúde; 85,5% quanto ao grupo temático e 65,7% quanto ao subtema. Nova avaliação realizada em 2008 obteve concordância de 65,5% quanto ao subtema. A classificação do GPE foi comparada a duas outras utilizadas pelo

Centro de Documentação da Câmara dos Deputados e pelo Observatório da Saúde no Legislativo da Fundação Oswaldo Cruz e verificando-se um maior nível de concordância sobre temas relacionados a serviços de saúde, contudo a classificação do GPE mostrou-se mais sensível para captar temas dos demais grupos temáticos.

As atividades do GPE Saúde resultaram na elaboração do manual de classificação da primeira versão em 2008. As categorias empregadas por essa versão manteve os quatro grupos temáticos, mas reduziu os temas para 13, os subtemas da saúde para 46 e os temas não-saúde para 23.

A partir de abril de 2009, o GPE Saúde promoveu revisão da estrutura da classificação, tomando por base os subtemas da versão anterior, com reagrupamento em novos temas e aplicação nos PL apresentados na Câmara em 2008 (369 PL relacionados à saúde). Esse sistema continha 14 temas e 65 subtemas, conforme a distribuição a seguir:

1) assistência à saúde (6 subtemas);

2) vigilância em saúde (5 subtemas);

3) saúde suplementar (4 subtemas);

4) promoção da saúde (3 subtemas);

5) tabaco, álcool e drogas ilícitas (3 subtemas);

6) saneamento (3 subtemas);

7) benefícios (7 subtemas);

8) bioética (4 subtemas);

9) direito sanitário (11 subtemas);

10) recursos humanos em saúde (5 subtemas);

11) atividade física (4 subtemas);

12) gestão e financiamento públicos (3 subtemas);

13) órgãos e tecidos (4 subtemas);

14) outros saúde (3 subtemas).

A partir de março de 2011 a classificação voltou a ser revisada, fundamentada pela leitura de algumas publicações sugeridas por Kátia Braga (CEDI - Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados), destacando-se: Dalberg (1978) e Brasil (1987, 2004).

Assim, a classificação pôde ser repensada com base na teoria observada, com ênfase na busca de relações que justificassem tanto a reunião de elementos numa determinada categoria, quanto a coerência na natureza do conteúdo do conjunto de temas, evitando-se ao máximo que tratassem de dimensões que não se relacionam. A versão final da classificação está organizada em seis temas, cada qual com os respectivos subtemas e destaques:

1) Assistência à Saúde (6 subtemas e 4 destaques);
2) Promoção da Saúde e Prevenção e Controle de Agravos e Doenças (14 subtemas e 6 destaques);
3) Direitos e Responsabilidades (17 subtemas e 1 destaque);
4) Gestão e Recursos em Saúde (5 subtemas e 4 destaques);
5) Outros temas relacionados à saúde;
6) Temas não-saúde.

Em sua conformação final, o agrupamento de temas da classificação evoluiu para priorizar, com maior clareza que em versões anteriores, os objetivos funcionais das proposições (assistência à saúde, promoção da saúde, prevenção e controle, gestão e recursos, direitos e responsabilidades). Por exemplo, na primeira versão grande parte dessas funções estava inserida no grupo temático de "ações e serviços de saúde". A versão da fase de transição voltou-se a temas específicos, mas na fase final, a síntese desses esforços resultou numa versão que valorizou a dimensão das funções das proposições, mas de modo mais bem definido e com uma distribuição mais acurada dos subtemas dentro dos temas.

Os subtemas (inseridos nos referidos temas) também priorizam a funcionalidade das proposições e os destaques abordam conteúdos específicos de elevada relevância (ex.: doação de órgãos e tabaco e álcool).

Essa versão final da classificação é aplicável às proposições legislativas que podem ser convertidas em norma legal, como: a proposta de emenda à Constituição (PEC), o projeto de lei complementar (PLP), o projeto de lei ordinária (PL), o projeto de lei do Congresso Nacional (PLN) e a medida provisória (MPV).

Na próxima seção, são detalhados os elementos da versão final da classificação.

III Classificação

O quadro abaixo apresenta os títulos das categorias de classificação relacionadas à saúde e seus respectivos códigos. Em seguida, as categorias são definidas.

Quadro 1. Classificação do GPE Saúde para proposições legislativas

1. **Assistência à Saúde (ASA)**
    - 1.1 Políticas e programas (prg)
        - 1.1.1 Destaque: assistência farmacêutica (prg-afc)
        - 1.1.2 Destaque: doação e transplante de órgãos e tecidos (prg-dto)
        - 1.1.3 Destaque: assistência à saúde do trabalhador (prg-str)
    - 1.2 Documentação e sistemas de informação (doc)
    - 1.3 Assistência em locais específicos (ale)
    - 1.4 Assistência privada à saúde (pri)
        - 1.4.1 Destaque: instituições filantrópicas (pri-fil)
    - 1.5 Procedimento terapêutico (ter)
    - 1.6 Outros (asaout)

2. **Promoção da Saúde e Prevenção e Controle de Doenças e Agravos (PPC)**
    - 2.1 Vigilância epidemiológica (vep)
    - 2.2 Vigilância sanitária (vis)
        - 2.2.1 Destaque: medicamentos (vis-med)
        - 2.2.2 Destaque: patente de produtos relevantes para saúde (vis-pps)
        - 2.2.3 Destaque: serviços de interesse à saúde (vis-sis)
    - 2.3 Vigilância ambiental (vam)
    - 2.4 Vigilância alimentar e nutricional (van)
    - 2.5 Vigilância da saúde do trabalhador (vtr)
    - 2.6 Segurança de outros produtos (sep)
    - 2.7 Fatores de risco comportamentais (frc)
        - 2.7.1 Destaque: trânsito (frc-trs)
        - 2.7.2 Destaque: tabaco e álcool (frc-tal)
        - 2.7.3 Destaque: drogas ilícitas (frc-dro)
    - 2.8 Educação em saúde (eds)
        - 2.8.1 Destaque: datas e campanhas de saúde (eds-dac)
    - 2.9 Saneamento (san)
        - 2.9.1 Destaque: tratamento de resíduos especiais (san-res)
    - 2.10 Atividade física (atf)
        - 2.10.1 Destaque: doping e uso de anabolizantes (atf-dop)
    - 2.11 Outros (ppcout)

(...) continuação do quadro 1

3. **Direitos e Responsabilidades (DIR)**
   - 3.1 Direitos trabalhistas e previdenciários (dtp)
   - 3.2 Diretos das pessoas com deficiência (dpe)
   - 3.3 Direitos dos idosos (did)
   - 3.4 Direitos de portadores de doenças (ddo)
   - 3.5 Direitos dos cuidadores (dpc)
   - 3.6 Direitos das vítimas de acidentes (dvi)
   - 3.7 Direitos nos extremos da vida (dev)
   - 3.8 Direitos reprodutivos (dre)
   - 3.9 Implicações bioéticas em pesquisa (ibp)
   - 3.10 Direitos dos tutelados e curatelados (dtc)
   - 3.11 Responsabilidade sanitária (rps)
   - 3.12 Crimes e infrações contra a saúde (ccs)
     - 3.12.1 Destaque: tráfico de órgãos e tecidos (ccs-tro)
   - 3.13 Direitos do usuário de serviços de saúde (dus)
   - 3.14 Direitos relacionados ao registro civil (drc)
   - 3.15 Exames periciais (exp)
   - 3.16 Vantagens ao doador (vdo)
   - 3.17 Outros (dirout)

4. **Gestão e Recursos em Saúde (GRS)**
   - 4.1 Recursos humanos (rhs)
     - 4.1.1 Destaque: formação e qualificação (rhs-foq)
     - 4.1.2 Destaque: inserção no mercado de trabalho (rhs-imt)
     - 4.1.3 Destaque: regulamentação profissional (rhs-rep)
     - 4.1.4 Destaque: serviços civil e militar dos profissionais de saúde (rhs-scm)
   - 4.2 Gestão administrativa (ges)
   - 4.3 Financiamento (fin)
   - 4.4 Infra-estrutura de serviços em saúde (inf)
   - 4.5 Outros (grsout)

5. **Outros temas relacionados à saúde (OUT)**

6. **Temas não-saúde (NAO)**

Definições das categorias de classificação

1. Assistência à Saúde (ASA)

Este tema abrange proposições que abordam ações e serviços de diagnóstico, de tratamento de doenças e agravos à saúde e de reabilitação.

Observação 1: proposições que, além da assistência, possuem componentes de promoção e de prevenção são classificadas neste tema.

Observação 2: caso a matéria aborde atividades de prevenção ou de promoção da saúde por meio de instituições privadas, deve ser classificada nos subtemas "outros" do tema PPC.

1.1 Políticas e programas (prg)

Matérias relacionadas a políticas e programas de assistência à saúde, principalmente aqueles que têm como foco agravo, segmento populacional ou procedimento, inclusive urgência e emergência e assistência à vítima de violência.

1.1.1 Destaque: assistência farmacêutica (prg-afc)

Matérias relativas a políticas e programas de assistência farmacêutica.

1.1.2 Destaque: doação e transplante de órgãos e tecidos (prg-dto)

Matérias relacionadas à doação de sangue e células germinativas e à doação e transplante de órgãos e outros tecidos.

1.1.3 Destaque: assistência à saúde do trabalhador (prg-str)

Matérias relacionadas à assistência à saúde do trabalhador.

Observação: matérias que tratem de ações de prevenção e controle de doenças e agravos relacionados ao ambiente de trabalho são classificadas no subtema "Vigilância da saúde do trabalhador", do tema PPC.

1.2 Documentação e sistemas de informação (doc)

Matérias relacionadas à documentação específica da área assistencial da saúde, como prontuários, atestados, declarações, prescrições e preenchimento de documentos.

Observação: quando se tratar de sistema de informação que não for da área assistencial, classificá-lo no subtema apropriado do tema PPC.

1.3 Assistência em locais específicos (ale)

Matérias relacionadas à assistência à saúde em prédios e outros locais com grande fluxo de pessoas, excluídos estabelecimentos de prestação de serviços de saúde.

1.4 Assistência privada à saúde (pri)

Matérias relacionadas à prestação de serviços privados de assistência à saúde. Inclui matérias referentes a planos e seguros e prestadores de serviços de saúde e os benefícios tributários e previdenciários a eles destinados.

1.4.1 Destaque: instituições filantrópicas (pri-fil)

Matérias relacionadas às instituições filantrópicas, incluindo os benefícios tributários e previdenciários a elas destinados.

1.5 Procedimentos terapêuticos (ter)

Matérias relacionadas à regulamentação de terapias ou opções terapêuticas e protocolos clínicos, incluindo terapias alternativas.

Observação: terapias relacionadas com doação e transplante de órgãos e tecidos classificam-se no subtema “doação e transplante de órgãos e tecidos” no tema “Assistência à Saúde”.

1.6 Outros (asaout)

Conteúdo que se relaciona a este tema, mas que não é pertinente aos subtemas existentes.

2. Promoção da saúde e Prevenção e Controle de Agravos e Doenças (PPC)

Este tema trata de ações de prevenção e controle de doenças ou agravos à saúde, bem como proposições de políticas e ações que atuam sobre determinantes sociais da saúde e visam aumentar a autonomia e a capacidade dos sujeitos sociais para gerenciar os limites e os riscos associados à condição de saúde.

Observação 1: sistemas de informação de prevenção e controle serão classificados de acordo com os subtemas específicos de cada vigilância.

Observação 2: matérias que tratem sobre armas e bens sensíveis serão classificadas no subtema "outros", deste tema.

Observação 3: matérias sobre doação de sangue, órgãos e tecidos devem ser classificadas no respectivo subtema, do tema "Assistência à Saúde".

2.1 Vigilância epidemiológica (vep)

Matérias relacionadas ao conhecimento e à detecção de fatores condicionantes da saúde individual e coletiva e à adoção de medidas de prevenção e controle de doenças ou agravos.

Observação: matérias relacionadas a ações específicas de prevenção como campanhas de imunização, distribuição de preservativos, entre outros, são classificadas neste subtema.

2.2 Vigilância sanitária (vis)

Matérias relacionadas ao controle sanitário de: produtos para o consumo humano que apresentam potencial de risco à saúde, incluindo alimentos e bebidas, saneantes, perfumes, cosméticos e produtos de higiene pessoal, equipamentos e materiais médico-odonto-hospitalares e laboratoriais, radioisótopos, radiofármacos e vacinas; sangue e hemoderivados, órgãos e tecidos humanos para uso em transplantes; serviços de saúde, portos, aeroportos e fronteiras.

Observação: matérias relacionadas ao tabaco e álcool classificam-se no subtema "Tabaco e Álcool", neste tema.

2.2.1 Destaque: medicamentos (vis-med)

Matérias relacionadas à pesquisa, à produção, à distribuição, à prescrição e à dispensação de medicamentos.

2.2.2 Destaque: patente de produtos relevantes para saúde (vis-pps)

Matérias relacionadas à patente de medicamentos e outros produtos para a saúde.

2.2.3 Destaque: serviços de interesse à saúde (vis-sis)

Matérias relacionadas a serviços que não são de saúde, mas que podem trazer risco à mesma, tais como serviços funerários, de cabeleireiro, de tatuagem, de *piercing*, etc.

2.3 Vigilância ambiental (vam)

Matérias relacionadas ao conhecimento e à detecção de fatores do meio ambiente que possam interferir na saúde humana, no sentido de recomendar e adotar medidas de prevenção e controle dos fatores de risco relacionados às doenças e aos outros agravos à saúde.

Observação: matérias relacionadas à distribuição de água para consumo humano e destinação de lixo e do esgotamento sanitário, bem como resíduos especiais, classificam-se no subtema “Saneamento Básico” neste tema.

2.4 Vigilância alimentar e nutricional (van)

Matérias relacionadas à coleta, análise de dados e ações que visem a melhoria das condições alimentares e nutricionais da população, de forma a incrementar os padrões de consumo alimentar e o estado nutricional da população.

Observação: matérias que tratem sobre auxílio para alimentação serão classificadas no tema “Direitos e Responsabilidades”, no subtema “outros”.

2.5 Vigilância da saúde do trabalhador (vtr)

Matérias que tratem de ações de prevenção e controle de doenças e agravos relacionados ao ambiente de trabalho.

Observação: proposições que tratam da assistência à saúde do trabalhador ou de políticas e programas que incluam componentes de assistência são classificadas no subtema "Assistência à saúde do trabalhador", do tema "Assistência à Saúde".

2.6 Segurança de outros produtos (sep)

Matérias relacionadas à segurança de produtos, desde a fabricação até o uso, tendo em vista a manutenção da integridade do indivíduo.

Observação: exclui as matérias que são de competência da Vigilância Sanitária.

2.7 Fatores de risco comportamentais (frc)

Matérias relacionadas a fatores de risco associados a comportamentos que influenciam a saúde.

2.7.1 Destaque: trânsito (frc-trs)

Matérias relacionadas à prevenção de acidentes e à diminuição do risco de danos à saúde no trânsito, tais como equipamentos de segurança, modificação do limite de velocidade, etc.

Observação: proposições cuja temática não for relacionada à saúde não são classificadas neste subtema.

2.7.2 Destaque: tabaco e álcool (frc-tal)

Matérias que tratam de medidas de controle sanitário, tributárias, econômicas, bem como sobre produção, comercialização e consumo de tabaco e álcool.

2.7.3 Destaque: drogas ilícitas (frc-dro)

Matérias relacionadas a medidas de controle sanitário das drogas ilícitas, inclusive que visem redução de danos.

Observação: proposições que tratam de assistência à saúde de dependentes de drogas ilícitas, mesmo que contenham conteúdo de prevenção, são classificadas no subtema "políticas e programas" no tema "Assistência a Saúde".

2.8 Educação em saúde (eds)

Matérias relacionadas à divulgação de conhecimentos para promover a adoção de comportamentos e alimentação saudáveis. Inclui mensagens em produtos e propagandas oficiais.

2.8.1 Destaque: datas e campanhas de saúde (eds-dac)

Matérias relacionadas a datas comemorativas, dias e semanas de campanhas de saúde concernentes a assuntos ou profissões da saúde. Inclui matérias que denominam logradouros de interesse da saúde.

2.9 Saneamento (san)

Matérias relacionadas aos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, pluvial e resíduos sólidos urbanos.

2.9.1 Destaque: tratamento de resíduos especiais (san-res)

Matérias relacionadas a resíduos industriais, de serviços de saúde, rurais, especiais e diferenciados.

2.10 Atividade física (atf)

Neste subtema estão inclusas proposições que tratam de exercícios físicos praticados com método, individualmente ou em equipe, matérias relacionadas à promoção da atividade física para determinados grupos (estudantes, deficientes, etc.) ou para a população em geral, bem como matérias relacionadas às condições de saúde para a prática do esporte.

2.10.1 Destaque: doping e uso de anabolizantes (atf-dop)

Matérias relacionadas ao uso de doping e substâncias proibidas para a prática do esporte.

2.11 Outros (ppcout)

Conteúdo que se relaciona a este tema, mas que não é pertinente aos subtemas existentes.

3. Direitos e Responsabilidades (DIR)

Neste tema estão inclusas proposições que tratam de direitos, vantagens, ganhos, auxílios monetários e isenções tributárias conferidas por motivo da condição de saúde própria ou de familiares. Incluem-se também temas que tratam de acessibilidade ou discriminação por condição de saúde, matérias sobre responsabilidade sanitária, assim como crimes e infrações.

Observação: matérias relacionadas a benefícios ou doações concedidas a instituições de saúde, inclusive às entidades filantrópicas ficam classificadas no subtema "Assistência Privada à Saúde" no tema "Assistência à Saúde".

3.1 Direitos trabalhistas e previdenciários (dtp)

Matérias relacionadas a direitos e benefícios previdenciários ou trabalhistas derivados da condição de saúde.

Observação: inclui matérias como adicional de insalubridade, periculosidade, penosidade, auxílio-doença e auxílio-acidente.

3.2 Direitos das pessoas com deficiência (dpe)

Matérias relacionadas a direito e benefícios para pessoas com deficiência que produzam ou não impactos sobre a renda disponível. Inclui acesso ao mercado de trabalho, acesso físico a locais específicos e discriminação.

3.3 Direitos dos idosos (did)

Matérias relacionadas a direitos e benefícios concernentes à saúde do idoso, incluindo acessibilidade.

3.4 Direitos de portadores de doenças (ddo)

Matérias relacionadas a direitos e benefícios para portadores de doenças, incluindo acessibilidade.

3.5 Direitos dos cuidadores (dpc)

Matérias relacionadas a direitos e benefícios aos cuidadores de portadores de doença ou deficiência ou de beneficiários de programas assistenciais.

3.6 Direitos das vítimas de acidentes (dvi)

Matérias relacionadas a direitos e benefícios para vítimas de acidentes e seus familiares.

3.7 Direitos nos extremos da vida (dev)

Matérias relacionadas ao início e ao fim da vida com implicações bioéticas, como a criminalização ou descriminalização do aborto, indução ao aborto, ortotanásia, eutanásia e distanásia.

3.8 Direitos reprodutivos (dre)

Matérias relacionadas a condutas e procedimentos de reprodução humana, tais como reprodução assistida e métodos contraceptivos.

Observação: matérias que tratam de exames e procedimentos de reconhecimento de paternidade classificam-se no subtema "Exames periciais", no tema "Direitos e Responsabilidades".

3.9 Implicações bioéticas em pesquisa (ibp)

Matérias que tratem dos aspectos bioéticos de pesquisas de interesse à saúde humana.

3.10 Direitos dos tutelados e curatelados (dtc)

Matérias relacionadas aos direitos à saúde dos deficientes mentais, dos ébrios habituais, dos viciados em tóxicos, dos excepcionais sem completo desenvolvimento

mental, dos pródigos (perdulários) e das pessoas que, por qualquer motivo, não puderem expressar sua vontade.

Observação: as definições estão de acordo com o artigo 1.767 do Código Civil.

3.11 Responsabilidade sanitária (rps)

Matérias relacionadas à responsabilização dos gestores públicos quanto ao cumprimento das políticas de saúde de sua jurisdição e ao uso adequado de recursos destinados à saúde.

3.12 Crimes e infrações contra a saúde (ccs)

Matérias relacionadas a crimes contra a saúde pública, tais como: causar epidemia; infringir determinação do poder público destinada a impedir a propagação de doença contagiosa; omitir notificação de doença; provocar envenenamento de água potável, de substância alimentícia ou medicinal; corromper ou poluir água potável; falsificar, corromper, adulterar ou alterar substâncias ou produtos alimentícios e produtos destinados a fins terapêuticos ou medicinais; utilizar processo proibido ou substância não permitida, invólucro ou recipiente com falsa identificação, substância destinada à falsificação, outras substâncias nocivas ou avariadas, medicamentos em desacordo com a receita médica; exercer ilegalmente a medicina, a arte dentária ou a farmacêutica; praticar o charlatanismo e o curandeirismo. Reúne também as proposições que tratam de infrações sanitárias e penalidades de natureza administrativa.

Observação: o detalhamento desses crimes consta no capítulo III do Código Penal – dos crimes contra a saúde pública.

3.12.1 Destaque: tráfico de órgãos e tecidos (ccs-tro)

Matérias sobre infrações e crimes relacionados ao tráfico de órgãos e tecidos.

3.13 Direitos do usuário de serviços de saúde (dus)

Matérias concernentes aos direitos dos pacientes e suas relações com profissionais ou com serviços de saúde, incluindo acesso a informações sobre tratamentos, despesas e procedimentos, bem como a assistência religiosa.

3.14 Direitos relacionados ao registro civil (drc)

Matérias relacionadas a questões relevantes para a saúde coletiva ou individual que poderão constar do registro civil e de outros documentos oficiais.

3.15 Exames periciais (exp)

Matérias relacionadas à realização de exames de diagnóstico e perícias (laudos) de caráter fiscal ou criminal, entre os quais se incluem comprovação de paternidade e exames exigidos ou garantidos por lei, bem como a isenção de sua realização ou de seu pagamento.

Observação: exames que façam parte de programas de saúde são classificados no subtema "políticas e programas" no tema "Assistência à Saúde".

3.16 Vantagens ao doador (vdo)

Matérias relacionadas às vantagens obtidas por motivo da doação de órgãos e tecidos.

3.17 Outros (dirout)

Conteúdo que se relaciona a este tema, mas que não é pertinente aos subtemas existentes. Matérias que tratem de auxílios para alimentação serão classificadas neste subtema.

4. Gestão e Recursos em Saúde (GRS)

Neste tema estão inclusas proposições que tratam de questões financeiras, orçamentárias, tributárias, de gestão do sistema público de saúde, da formação, qualificação e gestão dos profissionais da saúde.

4.1 Recursos humanos (rhs)

Matérias que tratam da gestão dos profissionais da saúde, incluindo questões administrativas e trabalhistas.

4.1.1 Destaque: formação e qualificação (rhs-foq)

Matérias relacionadas à formação e ao aperfeiçoamento (especialização) dos profissionais de saúde, incluindo residências, internatos, estágios e modificações curriculares.

4.1.2 Destaque: inserção no mercado de trabalho (rhs-imt)

Matérias relacionadas a assuntos trabalhistas dos profissionais da área de saúde, tais como aposentadoria, carga horária, remuneração, carreira da saúde no setor público, contratação temporária, vínculos de trabalho (inclusive cooperativas) e obrigação de contratação de profissionais de saúde.

Observação: matérias relacionadas à indenização por periculosidade, insalubridade e penosidade serão classificadas no tema "Direitos e Responsabilidades", no subtema "direitos trabalhistas e previdenciários".

4.1.3 Destaque: regulamentação profissional (rhs-rep)

Matérias relacionadas à regulamentação das profissões da saúde e aos conselhos regionais e federais das profissões da saúde.

4.1.4 Destaque: serviços civil e militar dos profissionais de saúde (rhs-scm)

Matérias relacionadas aos serviços militar e civil obrigatórios dos profissionais de saúde.

4.2 Gestão administrativa (ges)

Matérias relacionadas ao fortalecimento da gestão administrativa do Sistema Único de Saúde (SUS). Abrange a organização de serviços e ações de saúde e o monitoramento das políticas do setor, bem como a normatização dos consórcios públicos em saúde. Outras instâncias de articulação ou coordenação de gestores de saúde e de controle social também são tratadas neste subtema.

4.3 Financiamento (fin)

Matérias relacionadas às fontes de recursos para a saúde, às transferências de recursos entre União, estados, municípios e o Distrito Federal e os benefícios tributários concedidos às instituições públicas de saúde.

4.4 Infra-estrutura de serviços em saúde (inf)

Matérias relacionadas à infraestrutura necessária aos serviços de saúde, inclusive informatização e telemedicina, e as que tratam de apoio à pesquisa em saúde.

4.5 Outros (grsout)

Conteúdo que se relaciona a este tema, mas que não é pertinente aos subtemas existentes. Inclui demais matérias relacionadas à pesquisa em saúde não relacionadas a aspectos éticos ou de infra-estrutura.

5. Outros Temas Relacionados à Saúde (OUT)

Matérias relacionadas à saúde, porém não inseridas nos temas anteriores.

6 Temas Não-Saúde (NAO)

Matérias não relacionadas à saúde, inseridas nas categorias a seguir:

1. Administração Federal, servidores públicos, orçamento, fundos de participação (adf);
2. Agricultura, Pecuária, Direito Agrário, Terras e Reservas Indígenas (agr);
3. Meio Ambiente, recursos Naturais e Educação Ambiental (amn);
4. Consumidor, Imóveis Urbanos, Contas Telefônicas (com);
5. Dia, ou Semana, ou Ano, ou Selo Comemorativo (dia);
6. Direito civil, penal, família, criança/adolescente, registro civil, CPF, constitucional, estrangeiro, condomínio (dir);
7. Economia, Indústria e Comércio, Fundos de Desenvolvimento (eco);
8. Educação, Cultura, Imprensa e Pesquisa (edu);
9. Minas e Energia (ene);
10. Desporto (esp);
11. Legislativo e Relações Internacionais (leg);
12. Homenagem, nomes de edificações, benefícios ou pensões a pessoas ou grupos (nom);
13. Sobre determinada Pessoa (pes);
14. Previdência Social e Assistência Social (pre);
15. Profissões não relacionadas à saúde (pro);
16. Religião (rel);
17. Segurança individual, pública e nacional (seg);

18. Sistema financeiro, habitação (SFH);, seguro (sfi);
19. Telecomunicações, propagandas não-oficiais (tco);
20. Legislação trabalhista (trb);
21. Tributos tarifas CIDE (tri);
22. Trânsito e transporte (habilitação para condução, penalidades, multas); (trn);
23. Turismo (tur);
24. Sistema político e eleitoral (spe).

IV Orientações ao Classificador

O classificador deverá considerar as orientações a seguir para classificar uma proposição:

a) classificar a proposição, de preferência, em um único código, o mais abrangente;

b) o código selecionado deve refletir o nível mais específico da classificação, por exemplo, o destaque e, caso este não exista, o subtema (o código de nível superior da classificação, como o de tema, não precisa ser registrado, pois será recuperado automaticamente);

b) se não for possível a seleção de apenas um código, devido a proposição tratar de mais de um objeto, recomenda-se classificar em até um máximo de três códigos;

c) havendo classificação em mais de um código, a ordem do registro deve seguir a ordem decrescente de abrangência do subtema ou destaque e persistindo a igualdade de abrangência, será aplicada a ordem alfabética dos códigos;

d) caso o classificador não encontre um subtema específico para proposição que pertença a determinado tema, deverá classificá-la no subtema “outros” do respectivo tema;

e) caso o conteúdo não esteja contemplado em nenhum dos temas da saúde, mas pertença ao campo da saúde, a proposição deverá ser classificada no tema “Outros Temas Relacionados à Saúde”;

f) não pertencendo ao campo da saúde, a proposição será classificada em um dos subtemas do tema “Não-Saúde”.

Referências

CARVALHO, E L e GOMES, F B C. Características da tramitação de projetos de lei ordinária apresentados na Câmara dos Deputados entre 1999 e 2006. Resumo de trabalho apresentado no Seminário Internacional Estudos sobre o Legislativo. Instituto Legislativo Brasileiro. Senado Federal, 2008.

DAHLBERG, I. Fundamentos teórico-conceituais da classificação. Revista de Biblioteconomia de Brasília, v.6, n.1, p.9-21, jan./jun. 1978.

GOMES, F B C, CARVALHO, E L, REIS, R. Projetos de lei ordinária apresentados na Câmara dos Deputados entre 1999 e 2006: tramitação geral e dos relacionados à saúde. E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, nov., 2009.
Disponível em: http://inseer.ibict.br/e-legis/index.php/e-legis/article/view/10/8. Acesso em: 05 abr. 2011.

GOMES, F B C. Análise da tramitação de projetos de lei relacionados à vigilância sanitária na Câmara dos Deputados. In: II Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária e I Simpósio Pan-americano de Vigilância Sanitária, 2004. Livro de resumos, 2004.

_____. Classificação de Projetos de Lei relacionados à Saúde apresentados na Câmara dos Deputados em 2001. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Brasília, 2005. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema19/2005_9929.pdf . Acesso em 04 out. 2011.

_____. Classificação de Projetos de Lei relacionados à Saúde apresentados na Câmara dos Deputados entre 2001 e 2004. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Brasília, 2006.
Disponível em: http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema19/2006_1917.pdf. Acesso em 04 out. 2011.

_____. Interações entre o Legislativo e o Executivo federal do Brasil na definição de políticas de interesse amplo: uma abordagem sistêmica, com aplicação na saúde. Tese de doutorado em ciência política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2011.
Disponível em. http://www.iesp.uerj.br/teses-online/ciencia%20politica/2011/Fabio%20de%20Barros%20Correia%20Gomes.pdf. Acesso em 04 out. 2011.

BRASIL, Glossário do Ministério da Saúde: projeto de terminologia em saúde / Ministério da Saúde – 1. ed.,. 2.ª reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

LUCCHESE, Geraldo. A concretização do direito à saúde no Brasil: uma análise da legislação sobre doenças e agravos específicos. Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Direito Sanitário. Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, 2009.

BRASIL, Macrothesaurus brasileiro de direito constitucional. -- --Brasília : Senado Federal, Secretaria de Documentação e Informação ; Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.